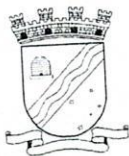


MUNICÍPIO DE IJUÍ



Memorando Interno nº
Data 15 / 04 / 2019

227/19

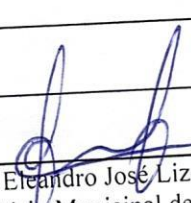
De: SMEd

Para: Coordenadora do COPAM

Solicitamos abertura de processo licitatório – modalidade REGISTRO DE PREÇO pelo período de 06 MESES – para aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis) da merenda escolar para alunos da rede municipal de ensino. Em anexo pedido de compras ,solicitação de amostras, cronograma de entrega e pesquisa de preço dos alimentos.

Atenciosamente

Assinatura: _____


Eleandro José Lizot
Secretário Municipal de Educação
CIC 472.684.170-04

Encaminhamento – Data: ____/____/____

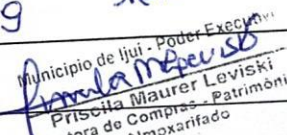
Destino: _____

PROc: 540119

P.P: 65119

Priscila Maurer
10/05/2019

Assinatura: _____


Município de Ijuí - Poder Executivo
Priscila Maurer Leviski
Diretora de Compras - Patrimônio
e Almoxarifado

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

PEDIDO DE COMPRAS – REGISTRO DE PREÇOS (6 meses)

Sector/Nome do servidor: Setor de Alimentação Escolar / Nutricionistas Sandra D. Link (CRN- 2 / 4039) e Camila S. Alves (CRN-2 / 5242)
 Data pedido: 08 de abril de 2019
 Destino: Alimentação Escolar

Código	Quantidade	Unidade / Embalagem	Especificação
60	1.500	Kg	Fígado bovino, sem gordura, resfriado, inteiro. COMPLEMENTO: acondicionado em embalagem apropriada (conforme recomendações da Vigilância Sanitária), todas as embalagens deverão apresentar etiqueta indicando procedência e data de embalagem.
99	4.000	Kg	Tomate longa vida (grau médio de amadurecimento, tamanho médio, inteiro).
100	3.000	Kg	Cebola (íntegra, livre de brotos, tamanho médio).
101	500	Kg	Pimentão verde (íntegro).
103	12.000	Kg	Batata inglesa (tamanho médio, íntegra, livre de brotos)
106	2.000	Kg	Repolho (verde, podado, íntegro)
107	1.000	Kg	Moranga cabutá (tamanho médio, íntegra)
109	1.000	Kg	Batata doce (tamanho médio, íntegra, livre de brotos).
113	12.000	Kg	Mamão formosa, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, íntegro
114	30.000	Kg	Maçã Nacional – tamanho médio, íntegra.
117	300	Kg	Alho grão, livre de brotos.
118	2.500	duzias	Ovos Vermelhos, tipo 1, encartelados, identificado com a data de validade. Acondicionados em grades e caixas de papelão.
157	30.000	Unid.	Pão sovado- (formato bisnaga -- peso líquido 60g. cada). COMPLEMENTO: Todas as embalagens deverão apresentar etiqueta identificando procedência e data de validade.
162	5.000	Litros	Bebida láctea com iogurte (embalagem plástica resistente – contendo 1000 ml). COMPLEMENTO: Sabor morango e coco, apresentando rótulo indicando procedência, data de validade e número de registro.
163	1.500	Kg	Maçã Argentina – Tamanho médio, íntegra
164	1.200	Kg	Salsicha mista (suíno, bovino e ave – embalagem lacrada). COMPLEMENTO: Sem corantes. Rótulo indicando a procedência, data de validade e número de registro.
167	100.000	Unid.	Pão francês (peso líquido 50 g). COMPLEMENTO: Todas as embalagens deverão apresentar etiqueta identificando procedência e data de validade.
168	1.000	Kg	Mortadela sem gordura (embalagem lacrada à vácuo). Complemento: peso líquido de 1 Kg, fatiada , lacrada de fábrica. Rótulo indicando a procedência, data de validade e número de

		registro.	
1013	1.500	unid	Abacaxi caiano. Complemento: tamanho médio, íntegro e maduro, sem a parte superior das folhas (coroa) e sem talo e folhas na parte inferior.
1349	1.000	Kg	Mandioca descascada. Complemento: Embalada em pacotes de 1 Kg, à vácuo.
2138	1.500	Kg	Carne de 1ª, sem Osso, tipo Fatinho, sem congelamento. COMPLEMENTO: Resfriada, sem gordura, embalada a vácuo, inspecionada, com rótulo identificando inspeção, procedência, data de produção e prazo de validade. Acondicionada em embalagem apropriada (conforme recomendações da Vigilância Sanitária), todas as embalagens deverão apresentar etiqueta indicando a procedência, data de validade e número de registro.
3169	20.000	Kg	Carne de frango - coxa e sobre coxa, sem dorso, individual
6724	1.600	Kg	Banana prata, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, íntegra
7980	400	Kg	Queijo mussarela, embalagem de 1kg lacrada a vácuo, com identificação do fabricante e data de validade. Complemento: Fatiado, lacrado de fábrica. COMPLEMENTO: Rótulo indicando a procedência, data de validade e número de registro.
14340	40.000	Kg	Banana caturra tipo 1, gráuda grau médio de amadurecimento, íntegra, acondicionada em caixas plásticas limpas.
38364	12.000	Kg	Carne moída de bovino congelada, com no máximo 15% de gordura, sem adição de água, congelada em tabletes com peso líquido de 1Kg não sendo aceita em forma cilíndrica, deverá obrigatoriamente apresentar rótulo indicando procedência, prazo de validade e número de registro.
36669	100	Kg	Pão sem glúten, ovo e leite, destinado para dietas de alunos portadores de necessidades especiais, produzido de acordo com as orientações para o preparo seguro do Guia Orientador para Celíacos disponível no site da FENACELBRA. Todas as embalagens deverão apresentar etiqueta identificando procedência e data de validade.

Secretário: () Autorizo despesa

() Não autorizo despesa

Data:

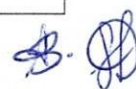
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - REGISTRO DE PREÇOS (6 meses)
SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS

Solicitamos amostras dos seguintes produtos:

CÓDIGO	PRODUTO
157	Pão Sovado - (formato bisnaga – peso líquido 60g. cada). COMPLEMENTO: Todas as embalagens deverão apresentar etiqueta identificando procedência e data de validade.
162	Bebida láctea com iogurte (embalagem plástica resistente – contendo 1000 ml). COMPLEMENTO: Sabor morango e coco, apresentando rótulo indicando procedência, data de validade e número de registro.
164	Salsicha mista (suíno, bovino e ave – embalagem lacrada). COMPLEMENTO: Sem corantes. Rótulo indicando a procedência, data de validade e número de registro.
167	Pão Francês (peso líquido 50 g). COMPLEMENTO: Todas as embalagens deverão apresentar etiqueta identificando procedência e data de validade.
168	Mortadela sem gordura (embalagem lacrada à vácuo). Complemento: peso líquido de 1 Kg, fatiada , lacrada de fábrica. Rótulo indicando a procedência, data de validade e número de registro.
38364	Carne moída de bovino congelada, com no máximo 15% de gordura, sem adição de água, congelada em tabletes com peso líquido de 1Kg, não sendo aceita em forma cilíndrica, deverá obrigatoriamente apresentar rótulo indicando procedência, prazo de validade e número de registro.

AMOSTRAS PRÉ-APROVADAS:

CÓDIGO	PRODUTO	MARCA
157	Pão Sovado - (formato bisnaga – peso líquido 60g. cada). COMPLEMENTO: Todas as embalagens deverão apresentar etiqueta identificando procedência e data de validade.	PANIFICADORA IJUÍ
162	Bebida láctea com iogurte (embalagem plástica resistente – contendo 1000 ml). COMPLEMENTO: Sabor morango e coco, apresentando rótulo indicando procedência, data de validade e número de registro.	SANTA CLARA LANGUIRU PIÁ
164	Salsicha mista (suíno, bovino e ave – embalagem lacrada). COMPLEMENTO: Sem corantes. Rótulo indicando a procedência, data de validade e número de registro.	EXCELSIOR NAT YUCUMÃ ALIBEN
167	Pão Francês (peso líquido 50 g). COMPLEMENTO: Todas as embalagens deverão apresentar etiqueta identificando procedência e data de validade.	PANIFICADORA IJUÍ
168	Mortadela sem gordura (embalagem lacrada à vácuo). Complemento: peso líquido de 1 Kg, fatiada , lacrada de fábrica. Rótulo indicando a procedência, data de validade e número de registro.	EXCELSIOR
38364	Carne moída de bovino congelada, com no máximo 15% de gordura, sem adição de água, congelada em tabletes com peso líquido de 1Kg,	FRIGORÍFICO SARTORI



	não sendo aceita em forma cilíndrica, deverá obrigatoriamente apresentar rótulo indicando procedência, prazo de validade e número de registro.	
--	--	--

PROCEDIMENTO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:

*As marcas citadas acima já estão aprovadas, não sendo necessária a apresentação de amostras destas.

*As amostras de marcas diferentes das aprovadas serão submetidas à avaliação de acordo com o previsto em edital.

*Entrega das amostras: das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00.

*Local de entrega: Secretaria Municipal de Educação (SMEd), na Rua Benjamin Constant, nº116, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000.

*Servidoras responsáveis pelo recebimento: Sandra D. Link / Camila S. Alves / Lourdes Miron / Néia Hanzel.

*Forma de apresentação:

- As amostras deverão estar devidamente identificadas com o nome do fornecedor na embalagem do produto apresentado e entregues dentro do prazo previsto em edital, as que não estiverem devidamente identificadas e encaminhadas fora do prazo legal não serão submetidas à avaliação.

- Para as amostras de pão francês e pão sovado solicita-se a apresentação de 5 unidades de cada variedade.

- As amostras dos alimentos: salsicha, mortadela não necessitam ser do tamanho solicitado na descrição do material, mas no momento do recebimento da mercadoria será observada a descrição. Quanto às demais amostras deverá ser observada a descrição.

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS:

Para avaliação das amostras serão observados os seguintes itens:

- Identificação das amostras, as amostras que não possuam identificação do fornecedor constante na embalagem não serão submetidas à avaliação;
- Concordância das características das amostras em relação à descrição do produto;
- Características organolépticas (sabor e textura) e aceitabilidade dos alimentos pelas crianças e escolares;
- Embalagem (tipo de embalagem descrita e resistência);

Ijuí, 08 de abril de 2019.



Sandra D. Link
Nutricionista / CRN-2 4039



Camila Stumpt Alves
Nutricionista / CRN-2 5242

**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

**AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - REGISTRO DE PREÇOS (6 meses)
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

CRONOGRAMAS DE ENTREGA DOS ALIMENTOS

HORTIFRUTIGRANJEIROS

A entrega dos alimentos será efetuada pelo fornecedor na segunda-feira e quarta-feira pela manhã, no horário das 7h 30', junto ao Setor de Municipal Alimentação Escolar (SEMAE), situado na Rua Benjamin Constant, nº116, Centro, Ijuí (RS), conforme as quantidades estipuladas pelo setor através de cronograma de entrega previamente encaminhado ao fornecedor na quinta-feira (turno tarde) anterior à entrega.

Quando o fornecedor não possuir o alimento para ser entregue na data e horário solicitado, este será o responsável pela distribuição dos alimentos nas escolas determinadas, obedecendo às quantidades e o padrão de qualidade solicitado na descrição do material constante no processo de aquisição. Qualquer problema que poderá surgir em relação à qualidade e quantidade dos alimentos o ônus da troca será do fornecedor, devendo efetuar a troca num prazo máximo de 24 horas junto à(s) escola(s).

O fornecedor deverá separar os alimentos de acordo com as quantidades específicas para cada escola, de acordo com o cronograma previamente estabelecido, identificando as quantidades existentes em cada embalagem.

O fornecedor deverá apresentar Alvará Sanitário do estabelecimento no processo licitatório, podendo o mesmo ser solicitado no transcorrer da vigência do Registro de Preços, sendo apresentado sempre que solicitado pelo SEMAE.

CARNES

A entrega será efetuada pelo fornecedor conforme cronograma de entrega pré-estabelecido pelo setor de alimentação escolar, encaminhado ao fornecedor na quinta-feira da semana anterior, de acordo com o descrito no quadro abaixo:

ALIMENTO	RETIRADA	DIA DA SEMANA	LOCAL DE ENTREGA
Carne de frango – coxa e sobrecoxa	Semanal	Segunda-feira	Entregar de manhã para 3 locais: 1- E.M.F. Quinze de Novembro 2- E.M.F. Deolinda Barufaldi 3- C.M. de Arte e Educação Profº Pardal
		Terça-feira	*Local de entrega das mercadorias: Rua Benjamin Constant, nº116, Centro, Ijuí (RS). -O fornecedor deverá efetuar a entrega junto ao setor no turno da manhã e no turno da tarde, de acordo com pedido encaminhado na semana anterior, não sendo mais efetuada de todas as escolas em apenas 1 turno, ou seja, a entrega ocorrerá em 2 turnos. *Horário de recebimento: manhã – entre 7h e 30" e 8h. Tarde – 13h
Carne de patinho sem osso	Quinzenal	Segunda-feira	Entregar de manhã para 3 locais: 1- E.M.F. Quinze de Novembro 2- E.M.F. Deolinda Barufaldi 3- C.M. de Arte e Educação Profº Pardal
		Terça-feira	*Local de entrega das mercadorias: Rua Benjamin Constant, nº116, Centro, Ijuí (RS). *Horário de recebimento: manhã – entre 7h e 30" e 8h.
Fígado bovino	Quinzenal	Segunda-feira	Entregar de manhã para 3 locais: 1- E.M.F. Quinze de Novembro

			2- E.M.F. Deolinda Barufaldi 3- C.M. de Arte e Educação Profº Pardal
		Terça-feira	*Local de entrega das mercadorias: Rua Benjamin Constant, nº116, Centro, Ijuí (RS). *Horário de recebimento: manhã – entre 7h e 30" e 8h.
Carne moída de 2ª	Semanal	Segunda-feira	Entregar de manhã para 3 locais: 1- E.M.F. Quinze de Novembro 2- E.M.F. Deolinda Barufaldi 3- C.M. de Arte e Educação Profº Pardal
		Terça-feira	*Local de entrega das mercadorias: Rua Benjamin Constant, nº116, Centro, Ijuí (RS). -O fornecedor deverá efetuar a entrega junto ao setor no turno da manhã e no turno da tarde, de acordo com pedido encaminhado na semana anterior, não sendo mais efetuada de todas as escolas em apenas 1 turno, ou seja, a entrega ocorrerá em 2 turnos. *Horário de recebimento: manhã – entre 7h e 30" e 8h. Tarde – 13h
Mortadela	Bimestral	Segunda-feira	Entregar de manhã para 06 escolas de Ensino Fundamental: 1- E.M.F. Quinze de Novembro 2- E.M.F. Anita Garibaldi 3- E.M.F. Ruy Ramos 4- E.M.F. Deolinda Barufaldi 5- C.M. de Arte e Educação Profº Pardal 6- E.M.F. Estado do Amazonas
		Terça-feira	*Local de entrega das mercadorias: Rua Benjamin Constant, nº116, Centro, Ijuí (RS). *Horário de recebimento: manhã – entre 7h e 30" e 8h.
Salsicha	Mensal ou bimestral	Segunda-feira	Entregar de manhã para 06 escolas de Ensino Fundamental: 1- E.M.F. Quinze de Novembro 2- E.M.F. Anita Garibaldi 3- E.M.F. Ruy Ramos 4- E.M.F. Deolinda Barufaldi 5- C.M. de Arte e Educação Profº Pardal 6- E.M.F. Estado do Amazonas
		Terça-feira	*Local de entrega das mercadorias: Rua Benjamin Constant, nº116, Centro, Ijuí (RS). *Horário de recebimento: manhã – entre 7h e 30" e 8h.

Deverão ser observadas as normas sanitárias vigentes para o armazenamento e transporte das carnes e derivados, caso não sejam observados tais itens, será comunicado à Vigilância Sanitária para os devidos encaminhamentos. **Todas as embalagens deverão apresentar rotulagem de acordo com as normas técnicas para a rotulagem de alimentos vigentes, indicando a procedência do produto.**

O fornecedor deverá apresentar Alvará Sanitário do estabelecimento no processo licitatório, podendo o mesmo ser solicitado no transcorrer da vigência do Registro de Preços, sendo apresentado sempre que solicitado pelo SEMAE. Os alimentos entregues para o consumo da alimentação escolar estarão sujeitos à fiscalização de acordo com o Termo de Compromisso firmado pelo dirigente da entidade executora junto ao Fundo de Desenvolvimento da Educação, que determina a inspeção sanitária dos alimentos utilizados no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O fornecedor deverá separar os alimentos de acordo com as quantidades específicas para cada escola, de acordo com o cronograma previamente estabelecido, identificando as quantidades existentes em cada embalagem. Solicita-se que a carne moída seja acondicionada em embalagens de 2Kg. Os alimentos somente serão aceitos pelo SEMAE, no horário previsto, estando devidamente embalados e identificada a quantidade em quilos e se as características dos mesmos estiverem de acordo com a descrição de material do Processo Licitatório e Normas da Vigilância Sanitária Municipal.

Quando houver cronograma de entrega previamente estipulado, encaminhado anteriormente à entrega, e o fornecedor não possuir o alimento para ser entregue na data e horário solicitado, este será o responsável pela distribuição dos alimentos nas escolas determinadas, obedecendo às quantidades e o padrão de qualidade.

BEBIDA LÁCTEA E QUEIJO

A entrega será efetuada pelo fornecedor conforme cronograma de entrega pré-estabelecido pelo setor de alimentação escolar, encaminhado ao fornecedor na quinta-feira da semana anterior, de acordo com o descrito no quadro abaixo:

ALIMENTO	RETIRADA	DIA DA SEMANA	LOCAL DE ENTREGA
Bebida láctea	Quinzenal ou mensal*	Segunda-feira	Entregar de manhã para 3 locais: 1- E.M.F. Quinze de Novembro 2- E.M.F. Deolinda Barufaldi 3- C.M. de Arte e Educação Profº Pardal
		Terça-feira	*Local de entrega das mercadorias: Rua Benjamin Constant, nº116, Centro, Ijuí (RS). *Horário de recebimento: manhã – entre 7h e 30" e 8h.
Queijo mussarela	Bimestral*	Segunda-feira	Entregar de manhã para 3 locais: 1- E.M.F. Quinze de Novembro 2- E.M.F. Deolinda Barufaldi 3- C.M. de Arte e Educação Profº Pardal
		Terça-feira	*Local de entrega das mercadorias: Rua Benjamin Constant, nº116, Centro, Ijuí (RS). *Horário de recebimento: manhã – entre 7h e 30" e 8h.

Devem ser observadas as normas sanitárias vigentes para o armazenamento e transporte de ambos os alimentos acima citados (bebida láctea e queijo), caso não sejam observados tais itens, será comunicado à Vigilância Sanitária para os devidos encaminhamentos. **Todas as embalagens deverão apresentar rotulagem de acordo com as normas técnicas para a rotulagem de alimentos vigentes, indicando a procedência do produto.**

Quando o fornecedor não possuir o alimento para ser entregue na data e horário solicitado, este será o responsável pela distribuição dos alimentos nas escolas determinadas, obedecendo às quantidades e o padrão de qualidade solicitado na descrição do material constante no Processo Licitatório. Qualquer problema que poderá surgir em relação à qualidade e quantidade dos alimentos o ônus da troca será do fornecedor, devendo efetuar a troca num prazo máximo de 24 horas.

O fornecedor deverá apresentar Alvará Sanitário do estabelecimento no processo licitatório, podendo o mesmo ser solicitado no transcorrer da vigência do Registro de Preços, sendo apresentado sempre que solicitado pelo SEMAE.

PÃO SOVADO

As empresas vencedoras da Tomada de Preços devem realizar a entrega de acordo com pedido do SEMAE, sendo efetuada para 13 escolas municipais 1 a 2 vezes por semana (segunda-feira e quarta-feira), conforme cronograma de entrega pré-estabelecido, encaminhado na quinta-feira anterior à entrega, pelo SEMAE. A entrega deverá ser efetuada pelo fornecedor nas escolas determinadas pelo cronograma.

O fornecedor deverá apresentar Alvará Sanitário do estabelecimento no processo licitatório, podendo o mesmo ser solicitado no transcorrer da vigência do Registro de Preços, sendo apresentado sempre que solicitado pelo SEMAE. **Todas as embalagens deverão apresentar rotulagem de acordo com as normas técnicas para a rotulagem de alimentos vigentes.**

PÃO FRANCÊS

A empresa vencedora da Tomada de Preços deverá realizar a entrega semanalmente do alimento de acordo com pedido do SEMAE, sendo a entrega efetuada conforme cronograma de entrega pré-estabelecido, encaminhado sempre na quinta-feira anterior à entrega pelo setor de alimentação escolar. A entrega deverá ser efetuada diretamente pelo fornecedor nas escolas determinadas pelo cronograma de entrega.

A quantidade de escolas e os dias da semana a ser entregues estão descritos no quadro abaixo:


	Nº de escolas para entrega
Segunda-feira	04
Terça-feira	02
Quarta-feira	01
Quinta-feira	06

O fornecedor deverá apresentar Alvará Sanitário do estabelecimento no processo licitatório, podendo o mesmo ser solicitado no transcorrer da vigência do Registro de Preços, sendo apresentado sempre que solicitado pelo SEMAE. **Todas as embalagens deverão apresentar rotulagem de acordo com as normas técnicas para a rotulagem de alimentos vigentes.**

PAGAMENTO DAS MERCADORIAS

O pagamento das mercadorias será parcelado de acordo com a entrega dos produtos. Os alimentos deverão ser entregues nos dias da semana estipulados nesta compra, de acordo com as quantidades previamente estipuladas no Setor de Alimentação Escolar através de cronograma de entrega. Reservando-se o direito de trocar toda e qualquer mercadoria que não estiver de acordo com as características descritas, bem como aquelas que apresentarem problemas que impeçam o consumo do produto.

Ijuí, 08 de abril de 2019.


Sandra D. Link
Nutricionista / CRN-2 4039


Camila Stumpf Alves
Nutricionista / CRN-2 5242

ASSESSORIA JURÍDICA COPAM

PARECER JURÍDICO Nº 121/2019

Assunto: Lei Complementar 123/2006.

DOS FATOS

A Secretaria Municipal de Educação – SMED, enviou ao Departamento de Compras solicitação para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis através de registro de preço pelo período de seis meses.

Realizada a pesquisa de preço na oportunidade em 05 (cinco) empresas, estas enquadradas como LTDA e EPP, verificou-se que não há necessidade de exclusividade nos moldes do que dita a Lei Complementar 123/2006; nem tampouco a reserva de cotas conforme determina o Art. 48, inciso III, até porque os preços praticados dos licitantes interessados (ME, EPP,...) devem ficar no mesmo patamar ou abaixo da cotação estimada pelo Município, haja vista que os preços demonstrados na tabela anexo, não tendem gerar benefícios quanto ao erário público do Município de Ijuí.

DO MÉRITO

A Lei complementar de 14 de dezembro de 2006, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, também conhecido como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, dispõe que:

Art. 48 - Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório:

I - Destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Ainda, o art. 6º, *caput*, do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado em favor dessas empresas, nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal, estabeleceu que:

Art. 6º - Os órgãos e entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo quando ocorrerem as situações previstas no art. 9º, devidamente justificadas.

Adotada a premissa de que **o decreto não pode ir além da lei**, e que portanto, **cabe à Administração decidir, em cada caso, se a licitação será, ou não, exclusivamente reservada à participação daquelas empresas**, segue-se a consequência de que tal opção há de ancorar-se em fundadas razões, ou seja, deverá a Administração explicitar os respectivos motivos determinantes, se entender de afastar a exclusividade.

É que, sendo o tratamento diferenciado, como é, resultante de expressa política pública constitucional (CF/88, art. 170, IX), deve a Administração esclarecer os motivos pelos quais decidiu que determinada licitação, cujo objeto se contenha no limite legal fixado (R\$ 80.000,00), não será exclusiva para pequenas e microempresas.

Em outras palavras, a regra é a exclusividade, quando se cuidar de licitação de valor estimado em até R\$ 80.000,00 - assim se interpreta o “dever” posto no decreto -, **mas há exceções**, desde que fundadas em motivos relevantes, que cumpre à Administração evidenciar em cada caso.

Pondere-se que a licitação tem como princípio assegurar a igualdade de condições a todos os que desejarem contratar com a Administração Pública, consoante preceitua o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Portanto, o tratamento diferenciado, deferido a uma determinada categoria de empresas em matéria licitatória, somente terá respaldo constitucional se tal medida se harmonizar com outro valor também tutelado pela Constituição.

Nesse sentido o entendimento do Tribunal de Contas da União no acórdão nº 2957/2012, Plenário, no que tange à faculdade conferida pelo art. 48, I, da LC nº 123/06, *verbis*:

[...] o poder regulamentar não teria o condão de extrapolar os limites legais, de modo que o art. 6º do Decreto nº 6.204, de 2007, ao criar o dever de a Administração realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), teria ido além do previsto no art. 48, inciso I, da Lei nº 123, de 2006.

Salienta-se então que, o disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/06, sublinhe-se, tem aplicação somente nas contratações mediante licitação.

O art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte **não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.**

A regra conhece precedente. A Súmula 247, do Tribunal de Contas da União, afasta a obrigatoriedade do parcelamento, prevista no art. 23 da Lei nº 8.666/93 – fator que se traduz na ampliação do número de competidores –, em hipóteses que representem prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.

A Lei Complementar nº 123/06 tem por incompatível com o interesse público a exclusividade de participação de entidades de menor porte, em licitação cujo valor estimado não supere R\$ 80.000,00, sempre que a Administração verifique o risco de prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Compreende-se a ressalva. As pequenas e microempresas não contam, em equivalência às empresas de grande e médio porte, com estruturas e capacidade técnica para atender a determinadas demandas. Assim, mesmo que o valor estimado da licitação seja inferior a R\$ 80.000,00, a Administração deve ampliar a participação para entidades de grande e médio porte, se a exclusiva participação de micro e pequenas empresas contriver risco de prejuízo à satisfatória execução do conjunto ou complexo do objeto.

Basta a previsibilidade do prejuízo, não se exigindo certeza sobre a sua real dimensão, até porque esta somente seria passível de apuração ao final da execução do contrato, ou seja, quando o dano já estivesse consumado e pudesse ser avaliado em toda a sua extensão, o que, evidentemente, não teria sentido nenhum em termos de proteção ao erário e ao interesse público.

Observa-se ainda que, a Lei Complementar nº 123/06 também afasta a exclusividade para o efeito de subcontratação e de reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto, quando o tratamento privilegiado mostrar-se desvantajoso para a Administração.

De acordo com o art. 9º, inciso II do Decreto federal nº 6.204/07, considera-se desvantajosa a contratação quando resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência.

Em suma, observar-se o texto do art. 9º, inciso II, não há como se constatar a desvantagem de conceder-se a exclusiva participação de entidades de menor porte, em razão dos valores das propostas dos licitantes apresentarem-se superiores ao valor estimado da contratação, sem o anterior conhecimento dessas propostas, o que só será possível mediante a abertura dos respectivos envelopes, no curso do procedimento competitivo, e, não, antes deste. Porém, mesmo que a licitação não seja exclusiva, o edital oferece tratamento diferenciado, bastando o licitante demonstrar através de competente documento o privilégio que a Lei complementar oferece.

Uma mera observação é de ser ainda exposta nesta oportunidade. Em licitações processadas por lotes compostos por diversos itens, mas cuja adjudicação se dará ao licitante que ofertar o menor preço global para o lote, a avaliação do valor de R\$ 80.000,00 para a realização de licitação exclusiva para a

participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina do art. 48, inc. I da Lei Complementar nº 123/06, deverá ser feita em relação **ao valor estimado do lote como um todo e não em relação ao valor estimado dos itens que o compõem.**

A Administração que realiza licitação exclusiva para entidades de menor porte e consulta proposta vencedora de preço superior ao estimado, nas licitações subsequentes para o mesmo objeto, **pode afastar a regra da exclusividade** e ampliar a licitação a entidades de médio e grande porte. Essa decisão exige motivação, sobretudo quanto à perspectiva de que a ampliação do universo de competidores produzirá a obtenção de propostas mais vantajosas.

Ainda, podemos observar o artigo 49 da Lei Complementar nº 123/06 afasta a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 **quando não houver um mínimo de três fornecedores competitivos**, enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados local ou regionalmente, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Ressaltar-se que a adoção da modalidade licitatória do pregão, seja em formato eletrônico ou até mesmo presencial, amplia o universo de entidades empresariais interessadas em participar do certame, inclusive as enquadradas nas categorias microempresa e empresa de pequeno porte, de sorte a viabilizar que qualquer uma delas, sediada em qualquer ponto do território nacional, dele participe, ampliando-se a competitividade e, **por conseguinte, estimulando a oferta de propostas mais vantajosas para a Administração.**

Em suma, pode-se dizer que os tribunais de contas, chamados a interpretar divergências quanto à aplicação das normas da Lei Complementar nº 123/06 e seus regulamentos, vêm estabelecendo que o privilégio é a regra, somente afastável nas situações de exceção legalmente previstas, e que, como toda exceção, hão de ser juridicamente interpretadas de modo estrito.

Dentre exceções à regra, o presente Parecer destaca as situações em que a participação exclusiva dessas pequenas empresas em licitações possa acarretar desvantagem para a Administração; se oponham óbices relevantes à exclusividade nas licitações por itens, lotes ou grupos, em face do limite do valor estimado de R\$ 80.000,00 e independentemente da classificação orçamentária da despesa; se viabilizem adesões a atas de registro de preço; apresentem-se propostas que superem aquele limite de valor estimado, mesmo se tratando de licitação exclusiva para aquelas empresas; inexistir o mínimo de três fornecedores competitivos de pequeno porte.

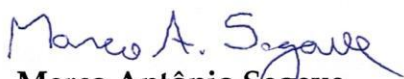
Por mais que o artigo 65 da Lei Complementar dita que a União, Estado, Distrito Federal e Municípios devem manter programas específicos para as microempresas e empresas de pequeno porte, ainda cabe a Administração decidir se é favorável ou não a licitação exclusiva e, conforme demonstra na pesquisa de preço realizada e anexo ao edital, não se tem vantagem, neste caso, de ser exclusiva.

Salienta-se ainda que, em pesquisa em nossos processos licitatórios de 2017, por exemplo, no pregão 23 – alimentos perecíveis, somente empresa ME foi vencedora; pregão 62 – alimentos não perecíveis, empresas LTDA, ME e EPP venceram e; pregão 67 – alimentos perecíveis, empresas ME venceram; Já no ano de 2018, dos três pregões, o PP 79 – alimentos perecíveis, ME e EPP foram classificadas; PP 156 – alimentos perecíveis, empresas ME, LTDA e Cooperativa venceram e último, PP 157 – alimentos não perecíveis, ME, LTDA e EPP foram classificadas.

Claro e evidente que os pregões de alimentos perecíveis e não perecíveis publicados por este Ente, estão em pleno acordo da Lei das Licitações e previamente demonstrado do porquê da não exclusividade pelos preços orçados.

Desta forma, esta Assessoria Jurídica opina pela publicação do edital nos termos da Lei das Licitações.

Ijuí/RS, 07 de maio de 2019.



Marco Antônio Sagave

OAB/RS 91.178

Assessor Jurídico